



Comunicação oral: Eixo 06 - Educação de jovens e adultos e educação social

EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E SEU DESENVOLVIMENTO NA EJA FUMEC DE CAMPINAS

Noêmia de Carvalho Garrido - FUMEC*

Resumo: Este artigo tem como intencionalidade trazer alguns aportes sobre a Educação Comunitária de uma maneira geral e especificamente na Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC em Campinas. No primeiro momento ele traz a criação da FUMEC e sua lei de criação autorizado pelo poder executivo. A distinção dos termos educação popular, educação social e educação comunitária. Em seguida, a origem do termo educação comunitária e sua conceituação na visão de alguns autores. A concepção da educação na proposta comunitária o OP- Orçamento Participativo com a participação da comunidade. A Educação Comunitária contextualizada voltada aos interesses comunitários. E por fim, a FUMEC tendo como finalidade, a formalização do processo educativo à Educação Comunitária. A partir da nova concepção de educação e da prática educativa, que se fez reconhecida por Paulo Freire como prática política, possibilita a conscientização dos direitos e da participação social.

Palavras-chave: Educação Comunitária; EJA; Desenvolvimento Educativo.

Introdução

“Uma pedagogia da ação comunicativa poderá se realizar entre os homens enquanto “agir com outros” e não “agir sobre os outros”. O “agir sobre os outros” é um agir estratégico que implica em manipulação e coersão; “o agir com os outros” é o agir comunicativo, que implica num “fazer com” submetido a regras consagradas, implicando numa racionalidade comunicativa livre de quaisquer coação e condicionamento” (FERREIRA, 2002, p.64)

Esse trabalho tem como intencionalidade trazer alguns aportes sobre a Educação Comunitária de uma maneira geral e especificamente na Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC em Campinas. Também alguns registros neste artigo que fazem parte do projeto de pesquisa, dissertação do mestrado desenvolvido no Centro Salesiano de São Paulo campus de Americana em 2009.

*Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Trás - Os - Montes- Alto Douro. Pesquisadora do grupo GEPLAGE da Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba. Coordena a linha de pesquisa GEPESEJA/GEPLAGE da UFSCAR de Sorocaba. É professora na Fundação Municipal para Educação Comunitária. Atua nos seguintes temas: Educação, Formação de Educadores, Educação de Jovens e Adultos, e Educação SÓCIO-COMUNITÁRIA.



Criação da FUMEC

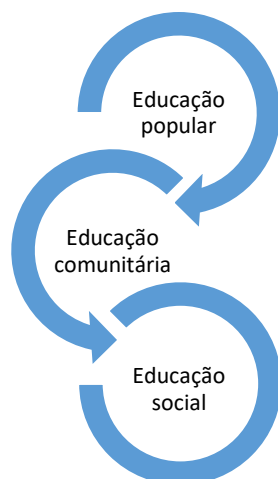
Em 16 de setembro de 1987, com a Lei nº 5830, o Poder Executivo autorizou a Instituição da “Fundação Municipal para Educação Comunitária – FUMEC” seguidamente da extinção da Fundação Educar. A FUMEC foi criada sob regime jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia técnica administrativa e financeira, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Campinas, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A Fundação prescreveu em seu documento de criação (Estatuto da Fundação Municipal Para Educação Comunitária) como principal objetivo, o desenvolvimento de atividades educacionais básicas, ligadas aos programas Municipais de Educação Pré-Escolar e de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos, seguindo a orientação comunitária

- a) um processo educativo comprometido com os princípios de liberdade, da democracia do bem comum e do repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminações;
- b) a direção das unidades educativas da Pré-Escola dar-se-á através dos respectivos Conselhos de Mães, com a participação dos agentes de educação;
- c) o calendário de funcionamento de cada unidade educativa da Pré-Escola deverá prever, no mínimo, uma (1) reunião mensal com pais, objetivando a participação efetiva dos mesmos no processo educativo integral da criança;
- d) a realização obrigatória de encontros semestrais com a participação de representantes dos Conselhos de Mães, dos agentes de educação de cada unidade educativa, bem como agentes técnicos e representativas chefias, para avaliação dos critérios adotados nos trabalhos de cada unidade, no que se refere à interação “escola-família”, objetivando o aprimoramento da ação desenvolvida por meio da educação comunitária;
- e) a formação permanente do agente de educação através de encontros mensais, com treinamento pedagógico voltados aos aperfeiçoamentos da Educação Comunitária (ESTATUTOS DA FUMEC, Art.5º).

Pensar a escola como a extensão da comunidade onde os problemas que atinge os espaços de convivência comunitário são tratados de forma sistêmica no espaço escolar, daí que o ensino acontece de maneira significativa. Todavia é preciso desprender um olhar polissêmico para compreendermos a complexidade que permeia no contexto cotidiano de implicações sociais, políticas e culturais. É preciso que o professor/educador, se não for membro da comunidade, tenha uma aproximação mais efetiva junto a esse espaço onde está inserido a escola. Nesse sentido espera-se que o trabalho pedagógico construído coletivamente na escola desenvolva em seus membros o despertar da cidadania determinando objetivos inerentes aos desafios emergentes deste lugar. Espera se que a escola comunitária seja um espaço democrático considerando ações criativas sobretudo nas interfaces da convivência humana, sociais e políticas.



É importante ressaltar que a educação pública teve uma intensa mobilização a partir dos anos 60 entendidas como Educação Popular, destacando como mobilizador o educador Paulo Freire, desafiando as políticas com um novo olhar de educação para a população em desigualdade nos diferentes aspectos: social, econômico, cultural e educacional. Diante disso podemos associar a esse olhar educativo três tipos de educação voltadas as comunidades carentes:



As características constitutivas da educação popular advindas dos movimentos populares têm grande semelhança com a educação comunitária por se constituir num conjunto de práticas educativas desenvolvidas pelas classes populares na educação no Brasil. Da mesma forma podemos considerar a educação social como um campo de educação voltada aos excluídos em determinado contexto social. Todavia a educação popular encontra seu espaço educativo: nos movimentos populares, manifestações culturais, manifestações religiosas, eventos tradicionais e ampliados a educação escolar.

A educação Social evidencia como transformadora numa multiplicidade contextual contemplando: o econômico, cultural, social e outros elementos conflitantes, contraditórios a humanização, envolve o cotidiano do indivíduo. A Educação comunitária, surgida nos anos 70 e 80, apresenta uma perspectiva democrática compreendida como suplência da educação formal. A Educação comunitária carrega para dentro do espaço escolar os conteúdos e práticas da comunidade sistematizados com os conteúdos formalmente escolar. A diferença que se faz entre as outras educações anteriores é a base curricular do sistema escolar preponderando as áreas do conhecimento interdisciplinar.

Gadotti (2012) em seu artigo sobre “A Educação Popular, Educação Social e Educação Comunitária”, contribui com a percepção entre analogia e diferenças nessas educações. Para ele, elas se situam no mesmo campo de significados pedagógicos. Apesar disso são educações históricas ricas entre o mosaico de experiências de teorias e práticas. As técnicas

de alfabetização que de acordo com Gadotti () (...) fundamenta-se numa teoria do conhecimento que parte da prática concreta na construção do saber e o educando como sujeito do conhecimento e compreende a educação não apenas como um processo lógico, intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social

A origem do termo educação comunitária e sua conceituação

Para se compreender melhor o que chamamos de Educação comunitária buscamos em alguns autores a origem e a conceituação do termo. Para Schmidt (2010):

Comunidade e comunitário são termos largamente utilizados, por uma variada gama de organizações e agentes sociais, sempre em tom positivo. Os europeus criaram a Comunidade Europeia, à qual está associado o direito comunitário. Governos, partidos e políticos de todos os matizes esforçam-se em mostrar seu compromisso com a comunidade. Empresas e organizações desenvolvem ou incentivam ações comunitárias. Movimentos sociais vão às ruas em nome dos interesses da comunidade. Associações e instituições incluem o comunitário na sua denominação. Grupos rivais de bairros e favelas enfrentam-se em nome da sua comunidade. A comunidade continua no núcleo de grande parte das doutrinas religiosas. Comunidade é um dos temas clássicos do pensamento ocidental. Está presente no Antigo e no Novo Testamento, na teologia católica, na doutrina socialista, na teoria da subsidiariedade, no chamado comunitarismo asiático e em renovadas formas de comunitarismo dos dias atuais.

Observa-se que o mesmo termo é empregado para designar instituições distintas, porém na sua essência aponta para grupos congruentes com mesmos objetivos. No Brasil o termo comunitário está presente precisamente no âmbito educacional. Mas também ao ser incluída em instituições educacionais, encontra-se uma distinção entre as escolas comunitárias, umas por conta de não ter fins lucrativos, outros pelo trabalho assistencial, ou por ofertar a educação formal, por se tratar de uma população carente. Também por estar inserida no espaço geográfico caracterizada pelos mesmo costumes, necessidades sociais e conflitos. Lutam por um objetivo comum que acerca as questões envolventes do local, comungam dos desejos e se articulam em movimento para melhoria. De acordo com Schmidt (2010), as primeiras escolas comunitárias surgidas no Brasil atendiam os imigrantes, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, organizações ocorridas no século XIX, trouxeram a herança cultural da Europa e o desejo de encontrar meios de serviços coletivos como: saúde, educação.

A exemplo dos imigrantes podemos citar um bairro de Campinas “Friburgo”, formado por imigrantes Alemães, que procuram preservar, através da festa, comidas, danças, o costume do país de origem. Klein e Pátaro (2008) apontam que, o termo Educação comunitária no Brasil foi introduzida no contexto escolar lentamente a partir dos anos 80 e intensificou o movimento a partir dos anos 90.



Segundo Silva (2001, p.9) o tema Educação Comunitária teve seu discurso governamental desde a década de 40 e nas campanhas de educação dos adolescentes e de adultos pela erradicação do analfabetismo com preocupação de integrar a população ao desenvolvimento econômico das comunidades. O MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, instituído por meio do decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Artur da Costa e Silva na Ditadura Militar, foi também uma Educação comunitária. Teve início em 1964, em substituição ao método de alfabetização de Paulo Freire. Usava-se como método a “palavra geradora”, porém as palavras eram definidas pela equipe técnica pelas normas padrões da língua culta.

No método de Paulo Freire as palavras eram tiradas da própria comunidade dos alunos. O MOBREAL se preocupou com as técnicas da alfabetização. Hoje podemos contemplar no ensino básico o processo de alfabetização as técnicas e letramento. Em que o aluno se alfabetiza construindo seu conhecimento compreendendo a função social da leitura e da escrita, a criticidade da realidade almejando a transformação social, o aluno sendo protagonista da sua história e da mudança coletiva na comunidade. De acordo com Silva (2001)

(...) o Movimento assumiu características de um programa comunitário, posto que, toda a população foi convocada a assumir sua parcela de responsabilidade na educação nacional. Se teoricamente o Movimento pretendeu desencadear uma ação comunitária, através da ação educacional participativa, na prática, a própria posição ocupada em relação ao sistema de ensino regular, aliada a uma clientela culturalmente marginalizada, determinaram a impossibilidade de, através do MOBREAL, iniciar-se uma verdadeira revolução no sistema educacional, apoiando-o basicamente na ação da comunidade.

Um dos fatos importante quando se trata da educação comunitária é a forma de articular as relações sociais pressupondo a horizontalidade nos processos educativos valorizando os saberes da comunidade dentro do currículo escolar interligados as ações que se apresentam nas esferas Inter setoriais e efetivando os direitos dos indivíduos a que a ela pertence. A Educação comunitária atua de forma orgânica e democrática com objetivos definindo o desenvolvimento do processo educativo da comunidade tecendo redes entre a escola, o governo local as instituições civis onde ela está inserida. Outro elemento importante na concepção da educação na proposta comunitária é o OP- Orçamento Participativo. A participação da comunidade no OP, desenvolveu o fortalecimento de mobilizações presente na década de 80 e 90 muito casual nas mudanças no âmbito financeiro, após ser outorgado a constituição de 1988. Muitos Municípios tiveram participação na implementação do OP. Campinas em 2001 levantou sua bandeira nesse movimento, isso porque como outros municípios enfrentava a maior crise financeira, construídas no governo anterior. Houve a participação direta da população.



As comunidades, escolas da FUMEC alojadas nos centros comunitários de bairros, igrejas, associações eram convidadas a participar das reuniões, onde se discutia em debate, soluções constituídas de maneira públicas e coletivas. Esses debates territoriais abrangeram as 18 regiões de Campinas trazendo as vozes dos sujeitos com questões referentes às necessidades apresentadas nas comunidades como, asfalto, rede de esgoto, construções de creches e outros. Os debates divididos por temáticas impactou toda sociedade sobre as muitas políticas públicas na cidade, foi uma grande inovação do poder público como participação democrática e comunitária. Ferrarezi (2005) traz todo um contexto da implementação do Orçamento Participativo na cidade de Campinas em sua dissertação de mestrado acrescentando o que trouxe de benefício.

É sob esse cenário que a ideia de democracia participativa ganha força através do Orçamento Participativo, que se mostrou, em diferentes experiências, eficaz na melhoria da capacidade de investimento público e atendimento das demandas sociais, ao passo que dá condições à população de acompanhar o destino do dinheiro público de forma mais clara e transparente, além de ser, através de sua metodologia, cada vez mais justo e democrático, e trazer à população a decisão de onde os recursos (poucos) destinados ao investimento devem ser aplicados, num momento em que o município de Campinas se afunda em suas próprias dívidas e incapacidades.

Gadotti (2015) faz algumas reflexões a respeito do OP enquanto uma educação Popular. Considera fundamental a luta comunitária pelos direitos e superação da realidade, podendo construir conhecimentos sobre a participação e controle social, desenvolvimento de relação crítica entre o poder público e os representantes da comunidade. Também como instrumento de metodologia de definições de prioridade na sociedade civil. O texto a seguir é parte da Dissertação do Mestrado com tema: “A Percepção de Alunos e Professores de Educação de Jovens e Adultos em Relação à Proposta da FUMEC: um olhar sobre a oportunização social e a construção da cidadania”.

Educação Comunitária contextualizada

A partir de 1970 a industrialização pesada transformou a estrutura social de Campinas em uma complexidade de oportunização demandada pelo mercado de trabalho, suscitando mão de obra qualificada, contribuindo à elevação da classe média e um crescente índice de pessoas composto por imigrante com curso superior. Por outro lado, houve uma expansão do trabalho informal que continuava e continua atraindo imigrantes com baixa escolarização. A instituição do MOBREAL, nesse período, concebida para atender um sistema político controlador da população no país, foi marca da educação de jovens e adultos em Campinas como em outros municípios, embasados nas diretrizes de um currículo nacional. Em 25 de novembro de 1985, o MOBREAL foi extinto e substituído pela Fundação Educar. Seus objetivos foram redefinidos, conferindo à Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos a



responsabilidade de criar programas. Campinas passa por toda a reformulação quanto aos objetivos neste trabalho.

Pensar a educação voltada aos interesses comunitários não é uma invenção dos nossos tempos, embora, ao situar essa maneira de educar em outras épocas, se encontra diferentes modos de composição se comparado ao modelo instalado no sistema institucionalizado. A visão que temos hoje do conceito de comunidade distancia-se de como era em outras épocas. Brandão nos fornece alguns indícios da vivência indígena, significativo exemplo de vida comunitária:

Quando os antropólogos do começo do século saíram pelo mundo pesquisando “culturas primitivas” de sociedades tribais das Américas, da Ásia, da África e da Oceania, eles aprenderam a descrever com rigor praticamente todos os recantos da vida destas sociedades e culturas. Nenhum deles usa a palavra *educação* embora quase todos, de uma forma ou de outra, descrevem relações cotidianas ou cerimônias rituais em que crianças aprendem e jovens são solenemente admitidos no mundo dos adultos. De vez em quando aparece, perdido num mar de outros conceitos, o de *educação*, como quando Radcliffe-Brown – um antropólogo inglês que participa da criação da moderna Antropologia Social – lembra que, entre os andamaneses, um grupo tribal de ilhéus entre Burna e Sumatra, para se ajustar a criança à sua comunidade “é preciso que ela seja educada”. Parte deste processo consiste em criança e adolescente aprenderem aos poucos a caçar, a fabricar o arco e flecha e assim por diante. Outra parte envolve a aquisição de “sentimentos e disposição emocionais” que regulam a conduta dos membros da tribo e consistem em o corpo de suas regras sociais de moralidade (BRANDÃO, 1985, p.16- 17).

Nos dias de hoje, a Filosofia e a Sociologia contribuem, no campo acadêmico, principalmente nos cursos de Pós-graduação de mestrado, como o de Educação Social e Educação Sócio Comunitária, trazendo para dentro da área, as discussões, as articulações e as reflexões em torno dos pensadores que se destacaram como, por exemplo, Karl Marx que exerceu, e ainda exerce, grande influência no pensar pedagógico aliado à filosofia das práxis. Ao trazer a palavra práxis para auxiliar no processo de conceituação de comunidade este só pode ser compreendido dialeticamente. Temos, no entanto, o homem como interventor das ações sociais transformando, agregando e desafiando as leis da natureza, articulados uns aos outros nos seus atos. Buscando conceituar o uso do termo comunidade, exemplifica-se a com uma citação de Konder:

Na Itália renascentista, por exemplo, a reanimação da vida política urbana obrigava os habitantes da cidade a refletir sobre seus encontros e desencontros no espaço do convívio intensificado. ‘As bases mais sólidas do Renascimento’ – escreveu Agnes Heller – ‘encontravam-se nas polis: Siena, Florença, Veneza’. As *idades*, coerentes com seu nome, precisavam de *cidadãos*. E seus moradores, reunidos, incitados a pensar os problemas da cidadania, eram chamados a inventar caminhos, eram levados a indagar o que podiam fazer uns em relação aos outros.



O aumento do número de pessoas com as quais cada cidadão estava em contato intimava-o com maior frequência, a tomar decisão, a optar por agir ou não agir. E os problemas se agravavam quando os outros não só apareciam em grande número como se apresentavam unidos, porém, em torno de uma mobilização comum (KONDER, 2002, p.98-99).

A identificação dos sujeitos tem muito a ver com o grupo que frequenta como, por exemplo, uma determinada igreja, comunidade religiosa, escola, que o torna membro de uma comunidade. Isso indica que os membros de uma comunidade têm atividades comuns e estão sujeitos a normas e condutas. Os sujeitos condicionados a um determinado espaço geográfico, vivenciando os mesmos problemas como saneamento público, energia elétrica, asfalto, limpeza pública etc., podem pertencer à comunidade, mas algumas vezes se integram no movimento para a superação das necessidades básicas da comunidade. Pode-se atribuir ao termo comunidade, diferentes significados que se caracterizam dependendo da época, do espaço e dos objetivos que agrupam pessoas em determinadas situações.

Fixando-se o olhar nas alterações sofridas no mundo, percebe-se que o homem é decorrente dos fatos históricos nas lutas através de agrupamentos pela sobrevivência humana. Nesse embate, confronta-se com a natureza, materializando o trabalho como estratégia e instrumento de sobrevivência. Mas, a história nos revela que os processos sociais se constituíram não de forma individual; as lutas pela manutenção da vida estão articuladas por meio do processo coletivo e com isso coloca a seu dispor a natureza em seu próprio benefício, ou seja, a partir do pensar e da ação individual e coletiva passa se a conceber a sociedade como um lugar de sobrevivência humana, portanto, como produto da luta dos homens através do trabalho.

As palavras contextualizadas, colocando o homem num processo histórico de luta pela manutenção da vida, favorece a identificação dessa sua manifestação no mundo, que ocorre de maneira coletiva, formando grupos em ação. Os agrupamentos humanos resultam na construção coletiva comunitária. As manifestações decorrentes do encontro dos homens na troca de seus conhecimentos, no jeito de se organizarem para a vida social, nas relações dos saberes e fazeres, num espaço comum, podem ser entendidas como ocorrências da educação comunitária. Brandão (1985) exemplifica os diferentes mundos de educação:

[...] em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais *sem* classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as classes, em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas. Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as intocáveis práticas dos mistérios do



aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (BRANDÃO, 1985, p. 9 e 10).

O mais importante dentre os aspectos de educação é o exato momento do encontro entre as pessoas e nele às relações que se manifestam nas trocas de saberes entre elas, constituindo o conhecimento comum dos povos e a existência da humanidade. Todavia, não há como negar que a educação pode se encontrar livre, uma vez que ela pode acontecer de diferentes formas, iniciando na família e seguindo, além da escola para a igreja, por entre amigos, na rua, etc., ou seja, fora do âmbito escolar, mas também entrelaçada no saber comum dos sujeitos, sem se preocupar com métodos. Isto porque, os espaços ocupados nas relações, sejam quais forem, vão interceder na ocorrência educativa e propiciar os interesses comuns e a apropriação do bem comunitário pelo trabalho, lazer, religião, e outros que se referem à comunhão da vida. Nessa concepção situa-se a educação entre dois sistemas: a temporalidade, quando ela sofre as influências da época, acompanhando as mudanças; o espaço geográfico, onde são estabelecidos os limites. Da nação, da região territorial definem a cultura e o tipo de educação que se instala eminentemente. Ambos são decorrentes de um sistema maior proveniente do tipo de sociedade.

A FUMEC como instituição voltada à Educação Comunitária

Pensar no aspecto comunitário na educação de jovens e adultos em Campinas remete à busca da trajetória histórica, de que forma ocorreu o processo educativo, na pretensão de entender o seu funcionamento e suas finalidades. Quais os princípios e finalidades que colocam a formalização do processo educativo na FUMEC voltado à Educação Comunitária? Sabe-se que o seu tempo em oferecer somente quatro anos de escolarização é reduzido, pois, é preciso proporcionar a continuidade dos estudos de seus educandos para aquisição de habilidades e competências cognitivas, que se traduzam na transformação do sujeito frente às exigências, cada vez mais, impostas pela sociedade.

A educação de jovens e adultos em Campinas, mesmo quando o programa era o MOBREAL, sempre esteve inserida no espaço comunitário, ou seja, o processo educativo acontecia onde havia a demanda. Frente à realidade organizada para a proposição da alfabetização de jovens e adultos em Campinas, desempenhado por pessoas que trabalhavam por uma remuneração simbólica, ou apenas por voluntarismo. Os espaços estipulados dos encontros educativos eram, muitas vezes, na garagem dos próprios voluntários, que recebiam uma ajuda no pagamento da conta de luz. O ensino procedia simplesmente pela leitura dos códigos e de alfabetização fazendo uso de cartilhas. Os recursos utilizados e os conhecimentos trabalhados eram aqueles muito próximos de quem ensinava para, nada mais além do que



saber ler e escrever as letras. As Diretrizes, Curriculares Nacionais para educação de jovens e adultos trouxeram, efetivamente, o repensar das práticas e formação do profissional para atuar em EJA. Foi motivo, sobretudo, de superação da ideia de ensino supletivo¹ para curso de educação, Soares (2000).

A partir da nova concepção de educação e da prática educativa, que se fez reconhecida por Paulo Freire como prática política, ao mesmo tempo em que possibilita o ensino dos conteúdos escolares às pessoas, possibilita também a conscientização dos direitos e da participação social por ações de interesses comunitários. As pessoas envolvidas no processo educativo, educadores e grupos voluntários, passaram a olhar, de forma diferenciada, essa nova proposta de educação, além dos procedimentos burocráticos formais escolares. Encontraram uma forma de refletir sobre a militância e a adquirir capacidade de mobilização em direção aos objetivos de interesses comuns, sobre questões referentes às ações comunitárias, enquanto prática política, portanto, não aceitando a posição de neutralidade política. Paulo Freire afirma:

[...] são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta. E, ao fazê-lo devem ir, com a indispensável ajuda do educador, superando o seu saber anterior, de pura experiência feita, por um saber mais crítico, menos ingênuo. O senso comum só se supera a partir dele e não com o desprezo arrogante dos elitistas por ele (FREIRE apud GADOTTI; ROMÃO, 2002, p. 15-17).

E, portanto, é na comunidade que podemos conhecer diretamente os problemas ocasionais e a realidade, cuja proposta dos conteúdos enseja a constituição do aprendizado significativo. Aos poucos, a instituição FUMEC, retirou das moradias as classes existentes nesses espaços, reorganizando em outros locais próximos a eles o desenvolvimento das aulas. Buscou-se parcerias nas escolas municipais e estaduais, associações, igrejas, nos mais variados lugares em que eram cedidas salas para o processo educativo. Em seu processo de criação, o enfoque de educação para jovens e adultos tinha como princípios a educação comunitária, a relação entre escola e comunidade e os elementos de construção do fazer comunitário. Como Educação Básica, objetiva trabalhar os elementos necessários para o aprendizado nesse

¹Supletivo conota-se a função de suprir, de compensar a escolaridade perdida como está mencionado na legislação anterior. São três as funções estabelecidas para EJA: a *função reparadora*, que se refere ao ingresso no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado; a *função equalizadora*, que propõe garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades, de acesso e permanência na escola, aos que então foram mais desfavorecidos; por último, a função por excelência da EJA, permanente, descrita no documento com a *função qualificadora*. É a função que corresponde às necessidades de atualização e de aprendizagem contínuas, próprias da era em que nos encontramos. Diz respeito ao processo permanente de “educação ao longo da vida” (SOARES, 2000, p. 13).



nível do conhecimento, portanto, deve seguir as orientações comunitárias, basicamente contempladas nas seguintes diretrizes:

- a) Um processo educativo comprometido com os princípios de liberdade, da democracia, do bem comum e do repúdio a todas as formas de preconceitos e de discriminações.
- b) A formação permanente do profissional da educação através de encontros mensais, no mínimo, com trabalhos e reflexões pedagógicas voltadas ao aperfeiçoamento da educação de jovens e adultos e da educação comunitária.
- c) A articulação entre escola e comunidade por meio de um representante da unidade, nos atos oficiais e atividades ocorridas na comunidade.

Embora o trabalho na FUMEC, nos dias atuais, tenha se distanciado dos princípios de sua criação, este conserva a ideia de comunidade na construção do projeto pedagógico, que solicita que cada unidade escolar elabore coletivamente seu projeto, atendendo às unidades nas suas especificidades de natureza sócio-político-econômica, valorizando suas culturas e saberes. A importância de se conhecer o cotidiano dos educandos da EJA parte do princípio da valorização de seus conhecimentos, seus costumes, suas vivências, de forma a integrar aos conhecimentos sistematizados no currículo da escola.

Considerações finais

A educação comunitária na FUMEC perpassa pelo processo de ensino/aprendizagem, procura desenvolver a integração da educação dentro e fora dos papéis institucionais, centrando-se no eixo de educação e interação social. É nesse prisma que compreendemos o papel da democracia na educação comunitária, seja na Participação do Orçamento de investimento em atendimento as demandas sociais oferecendo condições de verificar o destino da verba pública de forma transparente. Nas diferentes experiências que fazem melhorar a qualidade do ensino traduzida do meio comunitário sistematizado no processo educativo. A construção do conhecimento objetiva atender a comunidade nas propostas do trabalho coletivo de dimensão humana tendo como perspectiva a formação do sujeito protagonista de suas ações no coletivo.

Referências

BRANDÃO, C.R. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos). Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf> Acessado em: 16/04/2021.

DANTAS J.S. A filosofia da práxis para o século XXI (Resenha). Revista da FARN, Natal, v.6, n. 1/2, p. 185-189, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/129/143> . Acessado em 16/04/2021



FERRAREZI A. N. *Orçamento participa tivo em Campinas-SP participação popular nas finanças públicas*. Monografia apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, para a obtenção do título de Bacharel em Economia - CAMPINAS 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000362595> – Acessado em 16/04/2021

FUMEC. *ESTATUTOS DA FUMEC. Da Natureza da Sede e Das Finalidades*, Coordenadoria de Jovens e Adultos; Campinas – SP, 2000. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/c/campinas/lei-complementar/2017/18/188/lei-complementar-n-188-2017-dispoe-sobre-a-fundacao-municipal-para-educacao-comunitaria-fumec>. Acessado em 16/04/2021

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico*. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acessado em 16/04/2021

GADOTTI, M. *Estado e educação popular: desafios de uma política*. Editado em 2015. Disp. em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4336/2/FPF_PTPF_01_0955.pdf Acessado em 11/11/2020

GADOTTI, M.; Romão J. E. (Org). *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. 5ª ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002- (Guia da escola cidadã, v. 5). Não disponível na internet.

KLEIN, A. M.; Oliveira, S.C. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. *Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n.1, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10312/7697>. Acessado em 11/11/2020

SILVA, R. B. Educação Comunitária Além do Estado e do Mercado? *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, março/ 2001 Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 85-97, março/ 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16102.pdf> . Acessado em 16/04/2021

SOARES, Leôncio José Gomes. *Diretrizes Curriculares Nacionais*: Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Livro não disponível na internet.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>